

São sócios gerentes do devedor Júlia Renato Costa Silva, residente no Parque Industrial, Apartado 12, 4620-665 Lousada, José Manuel Torres Miguens, residente no Parque Industrial, Apartado 12, 4620-665 Lousada, e Isabel Maria Esteves Pinto de Magalhães Miguens, residente no Parque Industrial, Apartado 12, 4620-665 Lousada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Rui Almeida, com escritório na Rua de 25 de Abril, 299, 3.º, direito, frente, 4420-356 Gondomar.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 31 de Agosto de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

20 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Gavancha Nogueira*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Fernando Pereira Alves*.
2611031941

TRIBUNAL DA COMARCA DE MAÇÃO

Anúncio n.º 4811/2007

Prestação de contas (liquidatário)
Processo n.º 56-G/1995

Liquidatário judicial — Dr.ª Helena de Castro Fernandes Robalo. Requerido — Construtora da Zona do Pinhal, L.ª

A Dr.ª Ana Paula Batista Lopes, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Mação, faz saber que são os credores e a falida Construtora da Zona do Pinhal, L.ª, que já se denominou Manuel António Alexandre Durão, L.ª, e Alexandre Durão, L.ª, com sede no Bairro de Santo António, em Mação, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas (definitivas) apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPE-REF).

9 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Batista Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Graça Gonçalves*.

261103224

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 4812/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 645/07.8TBPRF

Credor — SABEL — Distribuição Eléctrica, S. A.
Devedor — Guilherme José Gonçalves da Silva, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, no dia 6 de Junho de 2007, pelas 16 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Guilherme José Gonçalves da Silva, L.ª, número de identificação fiscal 501550372, com sede no lugar de Gandarela, Freamunde, 4590 Paços de Ferreira.

Para administrador da insolvência é nomeado Domingos Lopes de Miranda, com endereço na Rua de São Tiago, 465-B, Edifício Luzaga, Cansoso (Santiago), 4835-247 Guimarães.

Conforme sentença proferida nos autos, decidiu-se, nos termos e para os efeitos do artigo 39.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, pela insuficiência da massa insolvente para a satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, atento o encerramento da actividade social da requerida, sendo que o requerente mesmo aduzia a completa inexistência de património da requerida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

8 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Peixoto Pereira*. — O Oficial de Justiça, *José Valente*.

2611032001